OS PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM

SANDRA REGINA PAULINO SAMPAIO

RESUMO:

Este artigo apresenta os mecanismos existentes na relação entre educação e avaliação educacional em busca da qualidade no ensino. A pesquisa tem o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre a avaliação escolar e a aprendizagem. No âmbito da rede de ensino, a avaliação é o instrumento para provocar mudanças no contexto escolar e, portanto, um recurso em torno de uma concepção de que, avaliando exclusivamente o desempenho dos alunos pode-se produzir efeitos de melhoria nas escolas. Por essa lógica, a avaliação externa tende a ser o instrumento de controle sobre a educação, cujos resultados buscam melhorar o ensino. Contudo, é possível perceber que o sistema de ensino sob a influência dos textos legais e de decisões já estabelecidas pelos órgãos centrais, pode desenvolver também uma cultura própria de administrar a educação, uma dinâmica capaz de caracterizar as propostas e alterações por meio de um processo de reinterpretação face às reais necessidades do sistema educacional. A partir dos questionamentos: O que avaliar e como avaliar? Em busca dessa compreensão a pesquisa pauta-se nos estudos de Hoffmann (2019); Bonamino e Sousa (2012); Perrenoud (2008); entre outros que apontam as avaliações educacionais devem ser entendidas como propósitos nos sistemas de ensino para fornecer resultados para subsidiar a melhoria dos projetos pedagógicos e propiciar informações para a melhoria da própria avaliação praticada pela escola. A abordagem qualitativa é a metodologia escolhida para realização da pesquisa por ser a que melhor corresponde aos objetivos deste trabalho, uma vez que esta permite entrar na essência do tema proposto. Conclui-se que o processo avaliativo do ensino-aprendizagem, através das formas de avaliar, possibilita ao docente o conhecimento de cada um educando, estabelecendo base para as atividades de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Avaliação. Educação. Ensino. Aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo aprofundar conhecimentos sobre avaliação de aprendizagem no campo educacional. Portanto, o enfoque central da avaliação será abordado com base nos conceitos da Área da Educação considerando registro de dados referentes à definição de avaliação e à legislação vigente; assim como os princípios, etapas, objetivos, tipos e instrumentos de avaliação disponíveis.

O tema foi escolhido com a intenção de compreender pontos favoráveis à exclusão social, tendo como ferramenta a avaliação do rendimento escolar. A avaliação como componente do processo educativo tem como finalidade orientar o ensino e facilitar a aprendizagem, mas algumas instituições usam os instrumentos de avaliação apenas como medidores, e com isso afastam-se das características humanas.

Portanto, seria de esperar que a avaliação escolar fosse uma atividade cotidiana de colaboração entre professores e alunos na busca do conhecimento.

Entretanto, nem sempre é o que acontece. “O processo avaliativo corriqueiramente empregado nas escolas é praticado mais por uma pedagogia do exame que por uma pedagogia do ensino/aprendizagem" (LUCKESI, 2006) e assim, mais afasta que aproxima os alunos do estudo.

Desse modo à avaliação deve ser discutida e reelaborada diariamente, de modo a aumentar a eficácia do ensino e ajudar no esclarecimento dos significados, produzindo razões para a aprendizagem. Nesse sentido, pretende-se com este trabalho iniciar reflexões sobre o papel da avaliação do desempenho escolar predominante nas escolas mostrando as principais consequências da prática pedagógica desvirtuada adotada pelo sistema educacional.

O estudo proposto foi desenvolvido através de pesquisa bibliográfica sobre a temática oferecendo amplas oportunidades de construção de conhecimentos significativos. Optou-se por essa modalidade de pesquisa em virtude do acesso as informações e o amplo acervo bibliográfico disponibilizado. Através da pesquisa bibliográfica é possível estabelecer um quadro compreensivo das questões. Segundo Gil (2016), a pesquisa é definida como sendo o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico, onde o seu objetivo fundamental é descobrir respostas para problemas, mediante ao emprego de procedimentos científicos.

O artigo está estruturado em Introdução na qual se faz a apresentação do assunto e em seguida no desenvolvimento se expõe os conceitos teóricos sobre o tema e apresenta reflexões com base em autores estudiosos do assunto e, posteriormente as considerações finais.

2. A AVALIAÇÃO ESCOLAR E SUAS IMPLICAÇÕES

Toda sociedade avalia seus elementos,

assim como suas relações, e exigem provas de competência. O julgamento é executado com base em realidade, com critérios previamente estabelecidos. Tais critérios, segundo BONAMINO (2012), são os padrões de referência para a realização dos julgamentos.

A avaliação é integral porque considera o indivíduo como um todo. Provém da mudança de comportamento motor, cognitivo, afetivo e social. "Avaliação difere de medir, porque medir é determinar a quantidade de unidades convencionais, expressar objetivamente em números". (LUCKESI, 2006)

É previsto, por lei, que a qualidade da produção prevalece sobre a avaliação quantitativa. Fica assegurado que um deslize provocado por fatores circunstanciais não prejudicará o desenvolvimento do indivíduo. "Isso só é possível mediante uma avaliação contínua, obrigada por lei, bem como a recuperação durante o processo de aprendizagem". (PERRENOUD, 2008, p. 87).

O desenvolvimento máximo possível do ser humano depende de muitas coisas além da escola tradicional como memorizar, notas altas, obediência e passividade, depende da aprendizagem, da compreensão, dos questionamentos, da participação. "Uma escola de qualidade deve se preocupar com o acesso de todos, promovendo-os como cidadãos participantes nessa sociedade". (HOFFMANN, 2019, p. 30).

2.1 Etapas e Objetivos da avaliação

Primeiro definem-se o objeto de medida e o objetivo da avaliação. Em seguida são estabelecidos os instrumentos, procedimentos e critérios de classificação. Finalmente, os resultados são quantificados e interpretados. É importante resgatar, a cada avaliação, o indivíduo ou o grupo que será avaliado em relação ao objetivo para efetuar a melhor escolha dos instrumentos, procedimentos e critérios a serem utilizados. Essa análise leva a uma interpretação mais fidedigna dos dados obtidos em avaliação.

Constituem objetivos da avaliação o replanejamento de métodos, procedimentos e conduta; domínio de conteúdo; orientação do desenvolvimento do indivíduo, com mudança de comportamento social, cognitivo e afetivo; diálogo entre educadores; seleção e qualidade de aprendizagem.

Entre as classificações, a divisão básica corresponde às avaliações; quantitativa e qualitativa. A avaliação quantitativa é uma proposta objetiva, mais concreta, herança do materialismo histórico, formada de objetivos específicos e comparações controladas. A avaliação qualitativa tem um caráter subjetivo, regida por normas intuitivas. DEMO (2008) diz que o empírico confunde o mais importante com o mais mensurável.

SORDI (2015) considera a avaliação da seguinte forma: primeiramente a diagnóstica para determinar a existência ou não de habilidades e identificar dificuldades, a qual é aplicada no início de um processo de aprendizagem e pode ter como objetos de medida os comportamentos cognitivos, afetivos e psicomotores.

A segunda é a avaliação formativa, que informa sobre a aprendizagem e o desenvolvimento, localizando as deficiências para reformular o planejamento. É aplicada durante o processo de aprendizagem e mede o comportamento cognitivo. E, finalmente, a avaliação somática constituindo exame final, para classificação ao fim de um módulo a partir do nível de aproveitamento. Tal forma de avaliação mede predominantemente o comportamento cognitivo e, eventualmente, os comportamentos afetivos e psicomotores.

Para uma boa avaliação devem ser lançados diversos tipos de instrumentos, a fim de que dados possam ser colhidos em diferentes momentos para melhor reportar à realidade. Entre os instrumentos estão: observação, autoavaliação, testes padronizados, trabalho em grupo, questionário, entrevista, dados de saúde, esportivo e artístico, teste de personalidade, crítica, habilidade em ler mapas e gráficos.

Há teóricos que acreditam que toda criança segue a mesma sequência de etapas de desenvolvimento e a diferença está no ritmo como elas ocorrem. PERRENOUD, (2008) afirma que a origem de um problema também pode estar no vínculo familiar.

De qualquer forma, enquanto a avaliação limitar o indivíduo a conceitos e fórmulas prontas sem sentido, o indivíduo terá como objetivo principal passar em testes. LUCKESI (2006) constata que essa postura prejudica a interação entre o avaliador e o avaliado, iguala todos por algum conteúdo predeterminado e denuncia que o regulamento é ruim.

Do primeiro exige-se o que lhe é impossível, destruindo sua autoestima com rótulos e, do segundo, não se estimula minimamente seu potencial, empobrecendo os processos de aprendizagem.

2.2 A relação entre Avaliação e o Fracasso Escolar

O ponto chave da educação deve ser o aluno aprender a prender, saber pensar, ser crítico e analítico. E é dentro dessa perspectiva que a avaliação deve trabalhar. As maiorias das escolas são vistas como socializadoras e reguladoras de um determinado tipo de saber. Uma proposta de avaliação se contrapõe essa escola que conhecemos. "Em busca da construção que reflete a própria cultura do povo brasileiro, que acredita no conhecimento como produção social e que valoriza a

vivência cotidiana dos alunos e professores". (DEMO, 2008. p. 91)

Com a globalização, a regra é empregar funcionários cada vez mais qualificados, isto quer dizer, com maior nível de escolaridade. Por outro lado, sabese que o mercado de trabalho necessita também de força de trabalho barata que não seja qualificada com isso explora cada vez mais esses indivíduos que não tem condições básicas por serem excluídos devido a uma avaliação errônea nas instituições terá que se submeter a trabalhos escravos que futuramente podem até serem excluídos totalmente da sociedade.

Nessa perspectiva, a avaliação externa das escolas como instrumento da gestão para a implementação de políticas educacionais implica não só a conscientização dos envolvidos acerca dos resultados, mas também a forma como a gestão conduz as tomadas de decisões antes, durante e no final do processo avaliativo.

Para Bonamino e Sousa (2012), os sistemas de avaliação externa no Brasil configuraram três gerações de avaliações da educação em larga escala. As avaliações em larga escala de primeira geração são as que se caracterizam pelo perfil apenas diagnóstico.

Na categoria das avaliações em larga escala de segunda geração estão as que imputam informações sobre as escolas por meio da divulgação massiva dos resultados das escolas, mas sem atribuírem consequências materiais aos profissionais escolares sobre os resultados do desempenho dos alunos. Pode-se dizer que as avaliações de segunda geração são as advindas de políticas de responsabilização que não aplicam punições face os eventuais resultados insatisfatórios do desempenho escolar.

As avaliações de terceira geração são caracterizadas por políticas claras de responsabilização, marcadas por punições e premiações em função dos resultados do desempenho escolar. Os resultados dessas avaliações, em geral, subsidiam políticas meritocráticas as quais premiam professores e demais profissionais escolares das escolas cujas metas governamentais são alcançadas com pagamento de prêmios em dinheiro (bônus) e, ao contrário, nas escolas em que as metas não são atingidas os profissionais são "punidos", por meio do não pagamento do bônus. Um exemplo clássico de avaliação de terceira geração é a atual conjuntura do Sistema de Avaliação do Rendimento do Estado de São Paulo (SARESP), cujos resultados, juntamente com o fluxo escolar, compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP), que subsidia o pagamento de bônus para professores e funcionários das escolas.

Essa comunicação se concentra justamente no SARESP, que de acordo com Moreira (2004) é umas das iniciativas regionais de avaliação em larga escala mais consolidadas no Brasil. Essa iniciativa foi revogada, marcando o fim precoce da classificação das escolas por cores. O embate entre governo e sindicalistas da APEOESP não se restringiu ao campo educacional, tendo avançado para o campo político-partidário:

> Ainda, a respeito da classificação das escolas em cores, outra crítica, no mínimo curiosa, foi realiza pela APEOESP: a APEOESP é vinculada à Central Única dos Trabalhadores (CUT), que, por sua vez, apoiava o principal partido de oposição ao governo do estado, o Partido dos Trabalhadores (PT), que tem como símbolo uma estrela vermelha. Por outro lado, o governo do estado de São Paulo, na ocasião, era comandado pelo Partido da Social Democracia
>
> Brasileira (PSBD) identificado pela cor azul. De modo que, a cor azul, a qual correspondia à melhor posição na escala de classificação, era também a cor do partido do governo do Estado, enquanto a cor vermelha, que representava a pior posição na escala de classificação das escolas, era também a cor do principal partido de oposição. Embora essa crítica possa parecer, hoje, superficial ou irrelevante, causou grande mobilização por parte do sindicato, que ameaçava boicotar a aplicação das provas do SARESP nos anos seguintes. (MOREIRA, 2004, p. 178)

Para a autora, ainda que a crítica possa parecer irrelevante, ela retrata o jogo político e a disputa do poder que, por vezes, se sobrepõem aos interesses do povo, mesmo em áreas como a educação de vital importância para a sociedade como um todo.

A busca dessa compreensão pauta-se em nos estudos, entre outros os de que apontam as avaliações externas das escolas "devem ser entendidas como de utilidade definida e para a obtenção de elementos para definição de políticas e jamais para a utilização como decisão que afete as próprias categorias intrinsecamente ligadas aos processos educativos". (VILLAS BOAS, 2012, p. 89).

Alguns propósitos da avaliação nos sistemas de ensino estão os de fornecer resultados para a gestão da educação, a fim de subsidiar a melhoria dos projetos pedagógicos das escolas e propiciar informações para a melhoria da própria avaliação praticada pela escola, o que a caracteriza como meta-avaliação.

Contudo, é possível perceber que a gestão do sistema de ensino, embora estruturada sob a influência dos textos legais e de decisões já estabelecidas pelos órgãos centrais, pode desenvolver também uma cultura própria de administrar a educação, uma dinâmica capaz de caracterizar as propostas e

alterações por meio de um processo de reinterpretação do seu sistema escolar.

2.3 A Avaliação Escolar

O conceito de avaliação baseia-se na perspectiva de estruturação do conhecimento, entendendo a ação de avaliar como processual e reveladora das possibilidades de construção do processo educativo mais rico e mais dinâmico.

"Parte do pressuposto de que as diferenças são positivas e fundamentais para o crescimento dos sujeitos no processo de conhecimento da realidade". (LUCKESI, 2006, p.88)

Mais uma vez, o campo da discussão dos valores torna-se prioritário. Se a educação é concebida como um direito à escola e as diferenças são positivas e fundamentais para o crescimento dos sujeitos e do grupo do qual fazem parte, não caberia à escola o papel de classificar, excluir ou sentenciar os alunos.

A avaliação deveria priorizar a identificação dos problemas, dos avanços e verificar as possibilidades de redimensionamentos e de continuidades do processo educativo. A avaliação se constitui num processo investigador e formativo contínuo, do qual professores, alunos e pais participariam ativamente. (DEMO, 2008, p. 67).

Se o ato de ensinar e aprender, consiste na realização em mudanças e aquisições de comportamentos motores, cognitivos, afetivos e sociais o ato de avaliar consiste em verificar se eles estão sendo realmente atingidos e em que grau se dá essa consecução, para ajudar o aluno a avançar na aprendizagem e na construção do seu saber. Nessa perspectiva, a avaliação assume um sentido orientador e cooperativo.

Assim a avaliação assume uma dimensão orientadora, pois permite que o aluno tome consciência de seus avanços e dificuldades, para continuar progredindo na construção do conhecimento. Em termos gerais a avaliação é um processo de coleta e análise de dados para verificar se os objetivos propostos foram atingidos, sempre respeitando às características individuais e o ambiente em que o educando vive. A avaliação deve ser integral considerando o aluno como um ser total e integrado e não de forma fragmentada.

O professo também deve estabelecer ao iniciar o período letivo, os conhecimentos que seus alunos devem adquirir bem como as habilidades e atitudes a serem desenvolvidas. Esses conhecimentos e habilidades devem ser constantemente avaliados durante a realização da atividade, fornecendo informações tanto para o professor como para o aluno sobre o que já foi assimilado e o que ainda precisa ser dominado. "Caso o aluno não consiga atingir as metas propostas, cabe ao professor organizar novas situações de aprendizagem para dar a todos, condições de êxito nesse processo". (PERRENOUD, 2006, p. 104).

O ato de avaliar fornece dados, que permitem verificar diretamente o nível de aprendizagem dos alunos, e também, indiretamente determinar a qualidade do processo de ensino. Ao avaliar o progresso de seus alunos na aprendizagem, o professor pode obter informações valiosas sobre seu próprio trabalho. Nesse sentido a avaliação tem a função de fornecer ao professor dados para que ele possa repensar e replanejar sua atuação didática, visando aperfeiçoá-la para que seus alunos obtenham mais êxito na aprendizagem.

Assim a avaliação nas instituições deve: encorajar a comunicação entre colegas e subordinados, envolvendo problemas comuns e a solução deles em colaboração; diminuir a desconfiança entre os vários níveis do sistema educativo; facilitar o clima para mudanças e melhorias; encorajar a autocrítica e o desenvolvimento pessoal (SANTOS, 2010, p. 62).

Para que a avaliação educacional escolar assuma sua verdadeira função de instrumento dialético de diagnóstico para o crescimento, terá de se situar e estar a serviço de uma pedagogia que esteja voltada para a transformação social e não, tão somente com a sua conservação. Se as aspirações socializantes da humanidade se traduzem num modelo socializante e democrático, a pedagogia e a avaliação em seu interior também se transformarão na perspectiva de encaminhamentos democráticos.

2.4- A Avaliação das Dificuldades

O compromisso de qualquer estudo avaliativo é o de sugerir e abrir caminhos à reconstrução de uma escola onde todos os alunos tenham seus direitos humanamente respeitados. Segundo (DEMO, 2008, p.52) o ato de avaliar deve estar fundamentado nos seguintes pontos:

1. Continuidade: a avaliação deve estar presente durante todo o processo educacional e não somente em períodos específicos;

2. Compatibilidade com o objetivo proposto: a avaliação deve estar em conformidade com os objetivos definidos como norteadores do processo educacional para que venha realmente cumprir a função de diagnóstico.

3. Amplitude: a avaliação deve estar presente em todas as perspectivas do processo educacional, avaliando assim todos os comportamentos do domínio: cognitivo, afetivo e psicomotor;

4. Diversidade de forma: para avaliar devemos utilizar as várias técnicas possíveis visando também todos os comportamentos do domínio.

Com base nestes pressupostos, podemos afirmar avaliar é um ato extremamente complexo, cuja responsabilidade não é competência única do professor, mas sim de todos os elementos integrantes do processo educacional (alunos, pais e administradores). Essa centralização no professor apenas consolida o modelo econômico mundial e suas relações de poder, plenamente exercida em nossas escolas.

O sistema econômico atual não precisa educar todos os homens, pois é um sistema excludente, que não está preocupado com a totalidade, vendo a educação e consequentemente suas formas de avaliação e desempenho como meio para agilizar o desenvolvimento econômico e não como compromisso ético com as pessoas.

Assim sendo, a dinâmica de estrutura das sociedades de classes dominantes utiliza a educação como um instrumento de dominação, uma vez que essas sociedades são governadas por grupos dominantes e a cultura é postulada conforme o interesse desses grupos, e principalmente enfatiza essa influencia na escola, por sua condição de produção de saber por excelência.

Nesse contexto, a escola, a didática, o currículo escolar e a avaliação são reflexos dessa estrutura complexa de relação de poder. A realidade então passa a ser o exercício da coação, da escola como obrigação, do professor como autoridade máxima e incontestável, onde estar na sala de aula é desprazer. (VEIGA, 2006, p. 63)

O fracasso escolar é visto então, como uma questão individual, próprio de cada aluno e seus problemas. No entanto, não podemos responsabilizar somente à ele, nem tão pouco ao professor, que muitas vezes não é preparado para esta outra função - a de avaliador. "É Preciso, rever os paradigmas da avaliação do desempenho escolar, bem como da educação como um todo para que a aprendizagem do aluno possa ir para além da sala de aula". (VEIGA, 2006, p. 66).

O modelo classificatório de avaliação, onde os alunos são considerados aprovados ou não aprovados, oficializa a concepção de sociedade excludente adotada pela escola. O resultado da avaliação é considerado, portanto, como uma sentença, um veredicto oficial da capacidade daquele aluno que fica registrado e é perpetuado para o resto de sua vida. O mais triste, porém é que a publicação dos resultados não revela o que o aluno conseguiu aprender, é um resultado fictício, definindo um perfil, pela cristalização desse falso resultado.

Rever a concepção de avaliação é rever as concepções de conhecimento, de ensino, de educação e de escola. Impõe pensar em um novo projeto pedagógico apoiado em princípios e valores comprometidos com a criação do cidadão. Somente após essa consciente revolução é que a avaliação será vista como função diagnóstica e transformadora da realidade.

Ensinar não é transmitir dogmaticamente conhecimentos, mas dirigir e incentivar com habilidade e método, a atividade espontânea e criadora do educando. Nessas condições, o ensino compreende todas as operações e processos que favorecem e estimulam o ensino dinâmico da aprendizagem (Santos, 2010, p. 59).

O ato de avaliar efetiva-se em um conjunto de procedimentos didáticos que se estendem por um longo tempo e se dão em vários espaços escolares, procedimentos de caráter múltiplo e complexo tal como se delineia um processo. Decorre daí que não se deve denominar por avaliação testes, provas ou exercícios (instrumentos de avaliação). O sistema de avaliação classificatória é não é capaz de apontar as falhas no processo de aprendizado dos alunos e nas práticas docentes.

O conhecimento dos alunos é adquirido com a interação com o meio em que vive e as condições deste meio, vivências, objetos e situações ultrapassam estágios de desenvolvimentos e estabelecem relações mais complexas e abstratas, de forma evolutiva a partir de uma maturação. Compreender essa evolução é assumir compromisso diante as diferenças individuais dos alunos. (Hoffman, 2019 p. 29-30)

Segundo Hoffmann (2003, p. 122) existem alguns princípios importantes a serem considerados por todos os que se preocupam com a aprendizagem do aluno, que são:

1. A aprendizagem deve envolver o aluno, ter um significado com o seu contexto, para que realmente aconteça;

2. A aprendizagem é pessoal, pois envolve mudanças individuais;

3. Objetivos reais devem ser estabelecidos para que a aprendizagem possa ser significativa para os alunos;

4. Como a aprendizagem se faz um processo contínuo, ela precisa ser acompanhada de feedback visando fornecer os dados para eventuais correções;

5. Como a aprendizagem envolve todos os elementos do sistema, o bom relacionamento interpessoal é fundamental.

No entanto, na realidade das escolas, quando procuramos decodificar o significa-

do de ensinar, as ideias definem o professor como agente principal e responsável pelo ensino, sendo as atividades centralizadas em suas qualidades e habilidades. Aprender também relaciona um único agente principal e responsável, o aprendiz (aluno), estando as atividades centradas em suas capacidades, possibilidades e condições para que aprenda.

Diante deste contexto, percebemos que o perfil do educador não mudou muito. Na verdade, poucos são os que fogem ao conceito de educação bancária, ou seja, o saber não passa de uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam que nada sabem, cabendo então aos sábios dar, entregar, transmitir o seu grande saber.

Segundo Freire (1997), "ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo", ou seja, a educação problematizadora é como prática de liberdade; exige de seus personagens uma nova concepção de comportamento. Ambos são educadores e educandos, aprendendo e ensinando em conjunto, mediatizados pelo mundo. Aprender é apenas meio.

"A educação é componente de qualquer política de desenvolvimento, não só como bem em si e como mais eficaz instrumentação de cidadania, mas igualmente como o primeiro investimento tecnológico". (DEPRESBITERIS, 2005, p. 81). Segundo essa linha teórica, o educador passa a ser o problematizador que desafia os educando que são agora investigadores críticos, permeados por constantes diálogos, pois a educação como prática de liberdade deve negar o conceito de isolamento e abstração do ser humano, assim como tornar o mundo uma presença constante em seu diálogo.

2.5 O Fracasso Escolar e a Exclusão Social

A educação como direito de todos está expressa na LDBEN que repete os princípios do E.C.A. em seu Art. 3º. "O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola", que também é reiterado por meio da Constituição Federal. Por meio deste artigo da lei entende-se a garantia de ensino a todas as pessoas, independentemente de origem, etnia, característica e necessidades.

Em conformidade com o Artigo 3º da Declaração Mundial de Educação para Todos para que a educação básica possa ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, o que exige medidas efetivas para reduzir as desigualdades com fins de promoção da equidade na educação.

O texto da Declaração ressalta ainda que para que a educação básica se torne equitativa, deve oferecer a todas as crianças, jovens e adultos, a oportunidade de alcançar e manter um padrão mínimo de qualidade da aprendizagem. O artigo da lei esclarece, portanto, a necessidade de eficácia da educação, fazendo-nos pensar que o acesso à educação requer medidas que garantam mais do que apenas

"matricular-se na escola".

Segundo (BONAMINO e SOUSA, 2012, p.92) exclusão social identifica:

Os grupos e indivíduos que vêm sistematicamente perdendo seus direitos de cidadania, que se encontram carentes dos meios de vida e fontes de bem estar social, com baixíssimos rendimentos, falta de moradia, de acesso à educação e saúde, e que não encontram meios de se inserirem no mercado de trabalho.

Dois aspectos são considerados como base da cidadania: a possibilidade de acesso de toda a população a um determinado padrão de qualidade de vida comum de um referido grupo social, e às possibilidades objetivas da população decidir sobre os destinos e os rumos da sociedade em que vivem.

As condições mínimas para as pessoas conseguirem qualidade de vida dentro dos parâmetros de cidadania, vão além da manutenção da vida orgânica, dada pela satisfação das necessidades alimentares e nutricionais elementares, estando também intimamente ligada à obtenção de renda e de educação com qualidade, pois sem esses princípios a inserção na sociedade e no mundo do trabalho torna-se precário. (SOUZA, 2011, p. 54).

A falta de participação política torna os indivíduos submissos a uma dimensão do destino enquanto condição inexorável, que despolitiza as relações sociais e remete a solução dos problemas a uma esfera intransponível, sobre o qual os indivíduos perdem a capacidade de controle, situando-se fora do domínio da história. Tanto a aceitação do destino, a fatalidade o não acesso, pela falta de renda, os bens materiais e simbólicos que a sociedade pode oferecer, são formas expressivas de manifestação da exclusão social.

Na sociedade atual, o Estado Moderno é responsável pela função redistributiva, pois ele deve assegurar as políticas globais e articuladas como moderadora das desigualdades sociais e econômicas e de responder aos aumentos das demandas no contexto de uma maior divisão do trabalho e expansão do mercado, na sociedade das massas.

(HAYAT, 2010, p. 45).

A educação, portanto é dever do Estado e direito do cidadão, pois sendo concebida como valor social, reflete-se como instrumento da sociedade para efetivar o processo de formação e construção da cidadania.

Entretanto, a evolução das ideias relativas à educação e à avaliação consolida-se em torno dos valores econômicos, como consequência do rápido desenvolvimento tecnológico e da nova ordem globalizada. A educação passa a ser direcionada para o novo estilo de desenvolvimento, reproduzindo relações de poder e subordinação presentes nesse modelo.

Para acabar com a exclusão, portanto, é necessário que se restabeleçam as bases de uma economia, uma política e uma educação que permita que as relações humanas se deem a partir dos princípios de equidade, justiça social e participação cidadã nas diferentes instâncias de decisões, e a educação cidadã será a principal ferramenta para a construção dessa sociedade.

Considerando-se que a questão da qualificação profissional passa evidentemente pelo analfabetismo funcional do adulto e também pelo fracasso escolar infantil, focalizar a exclusão social pelas vias de evasão e repetência escolar tornou-se objeto importante de pesquisas e estudos. (INFANTE, 2005, p. 120).

Em referência a América Latina, segundo a UNESCO, o Brasil é o país que tem o maior percentual de alunos concluídos no primeiro grau. Enquanto a Bolívia aprova 64%, o Peru 70%, a Venezuela 73% e o Uruguai 86%, no Brasil apenas 33% concluem o primeiro grau. Muitos estudos têm-se dedicado a compreensão das causas do fracasso escolar da criança ao longo dos tempos. Dentre as causas apontadas nos estudos em geral, estes têm demonstrado a influencia da origem social, da prática pedagógica, do professor e da linguagem sobre o padrão de estimulação intelectual das crianças.

As relações entre classe e desigualdade são vitais para que os indivíduos possam explorar os limites de sua consciência e o autocontrole, por meio da linguagem, de modo a viabilizar a igualdade de oportunidades de aprendizagem e de ação social.

Segundo (GOMES, 2009) a aprendizagem é vital a orientação cognitiva e prática do homem, regulado, por um controle simbólico adquirido nas instituições pedagógicas oficiais e locais, tais como na escola e na família. Em síntese, a aprendizagem e o desempenho escolar dependem primeiramente da inter-relação entre mãe e filho, e posteriormente, entre professor e aluno.

2.6 Em busca da avaliação inovadora

Aqueles tempos em que o aluno temia enfrentar a severidade do pai com notas sofríveis do boletim estão próximas do fim. Insatisfeitos com o método tradicional de medir a capacidade dos estudantes em aprender, as escolas preparam uma mudança, segundo pesquisas feitas pelo ENEM.

Querem acabar com o pesadelo das notas de zero a dez: em vez de distribuí-las, o professor definirá as habilidades adquiridas pelos alunos. Nada de "decoreba", a palavra de ordem agora é privilegiar a capacidade de interpretação e raciocínio do aluno. (DEPRESBITERIS, 2005, p. 78).

O resultado será registrado em um relatório enviado aos pais no fim de cada bimestre para que eles também tenham uma ideia mais precisa do desempenho do filho. Não será simples, pois o fim de uma avaliação tradicional esta sendo estudada há pelo menos dez anos, e sem benefícios só serão demonstradas em larga escala agora, com o resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Interdisciplinar, o ENEM reflete o modelo de ensino daquela escola em que as matérias não são tratadas isoladamente, mas se relacionam. Uma prova de física, por exemplo, analisa também a organização de ideias e a qualidade do texto.

O conteúdo meramente factual, absolvido pela memorização de data, fórmula, dá lugar a capacidade de pesquisar o conhecimento e organizá-lo. No final o aluno não é testado apenas porque respondeu corretamente às questões. Antes o aluno obtinha uma nota oito em Literatura identificando-se corretamente características de um dado estilo.

Pelo novo enfoque, interessa mais se o aluno tem a habilidade de estabelecer relações entre os textos de movimentos literários diversos. Embora os saudosistas torçam o nariz, teoricamente exige-se se muito mais neste modelo novo do que no anterior. A mudança não ocorrerá apenas nas melhores escolas da rede privada. Várias unidades da rede pública também estão trabalhando nesta perspectiva filosófica. Ao final são atribuídos os conceitos: "satisfatório" ou "não satisfatório". Encerrado o bimestre são estabelecidas novas metas. "É difícil mudar professores acostumados a provas e notas". "Dá trabalho, mas a aprendizagem será completa".

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término da pesquisa pode-se concluir que a concepção de avaliação do rendimento escolar é comumente relacionada à ideia de mensuração de notas e essa abordagem viabiliza o fortalecimento no aspecto

quantitativo tendo como alvo a classificação do aluno. Considerando a fundamentação teórica da pesquisa a avaliação deve ser redirecionada, pois a competência ou incompetência do aluno não resulta apenas da escola ou do professor, e sim de todos aqueles que participam do contexto escolar e social do educando.

Os instrumentos de avaliação são determinados pelas ideias e modelos da realidade em que o profissional atua (instituição). Serve como um meio de controle, feito através de atribuição de pontos ou notas, para que os alunos realizem as tarefas e tenham comportamentos esperados, no qual o professor e a instituição desejam. Não se importam com o tipo de conhecimento que o aluno adquiriu, e sim, com o tipo de nota que o aluno obteve. A nota, portanto, passa a apresentar um objetivo diferente da representação do rendimento do aluno. Os instrumentos de avaliação determinados pelas escolas não podem se vistos como única opção de avaliação do ensino, que deve contemplar aspectos qualitativos que são difíceis de serem mensurados, pois envolve objetivos subjetivos, postura, política, crenças e valores.

Espera-se que as escolas revejam seus conceitos e filosofias para que consigamos minimizar a exclusão dos alunos da escola e consequentemente da sociedade. Diante do exposto, conclui-se que o processo avaliativo do ensinoaprendizagem, através das formas de avaliar, possibilita ao docente o conhecimento de cada um educando, estabelecendo uma base para as atividades de ensino e aprendizagem. E o docente ao analisar os resultados do rendimento escolar dos alunos, obtém informações sobre o desenvolvimento do seu próprio trabalho, sendo assim, a avaliação escolar é um processo que deve ocorrer em todos os momentos do trabalho, visando sempre diagnosticar e superar dificuldades, corrigir falhas e estimular os alunos a que continuem dedicando-se aos estudos. Deste modo, por si, o ato avaliativo será um ato amoroso.

REFERÊNCIAS

BONAMINO, A. C. e SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. Educação e Pesquisa, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. São Paulo: 2012.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: 1988.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1996.

DEMO, Pedro. Avaliação Qualitativa: Polêmicas do nosso tempo. 6. Ed. Campinas: Autores Associados. 2008.

DEPRESBITERIS, L. O desafio da avaliação da aprendizagem: dos fundamentos a uma proposta inovadora. São Paulo: EPU, 2005.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 17º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2016.

GOMES, C.A. Qualidade, eficiência e equidade na Educação Básica. Brasília: IPEA, 2009.

HAYAT, Regina Cazank. Avaliação do processo ensino-aprendizagem. São Paulo. Ática. 2010.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 35. Porto Alegre; Editora Mediação, 2019.

_____. Avaliação mito & desafio: uma perspectiva construtivista em avaliação. Porto Alegre: Editora Mediação, 2003.

INFANTE, I. Sobre o analfabetismo funcional na América Latina. In: SILVA, Luiz Heron da; AZEVEDO, José Clovis de (org.). Paixão de Aprender II, Petrópolis: Vozes. 2005.

LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 2006.

MOREIRA, M. A. Pesquisa em Ensino: EPU. 2004. O vê epistemológico de Gowin. São Paulo:

PERRENOUD, Phillipe. Não mexam na minha avaliação! Para uma abordagem sistêmica da mudança pedagógica. In: ESTRELA, Albano; NOVOA, Antonio. Avaliações em educação. Lisboa: Educa. 2008.

. _____. Avaliação da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SANTOS, Theobaldo Miranda. Noções de prática de ensino. São Paulo: Companhia Editor Nacional, 2010.

SORDI, Mara Regina L. Entendendo as lógicas da avaliação institucional para dar sentido ao contexto interpretativo. In: VILLAS BOAS, Benigna M. F. (Org.). Avaliação: políticas e práticas. Campinas: Papirus, 2015. .

SOUZA, Sandra Zákia Lean de. Avaliação do rendimento escolar. Campinas: Papirus, 2011.

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro. Repensando a didática. Campinas: Papirus, 2006.

VILLAS BOAS, Benigna M. F. (Org.). Avaliação: políticas e práticas. Campinas: Papirus, 2012.